Política e polêmicas lingüísticas na casa dos imortais

Ângela Maria Arêas Oliveira

Sabemos que todas as vezes que, para além dos estudos descritivos, a língua se torna objeto de discussão, o que está em jogo é a questão das identidades culturais por um lado e questão da história, por outro. No âmbito de um território delimitado, a língua se torna um campo de debates quando interesses diversos de comunidades, etnias entram em confronto, assim como se torna objeto de polêmica também quando grupos maiores, como os configurados pelas nações, sentem-se ameaçados por forças que lhes são externas.

No Ocidente moderno, é impossível pensar a questão da língua sem considerar a instituição da escrita. É, sobretudo, a partir da prática escriturística que se estabelecem normas, definem-se "usos" tidos como padrão. O domínio da escrita, na modernidade, associou-se ao poder de atribuição de sentido e de construção de identidades. Não é à-toa que um dos critérios utilizados, no século XIX, para que um povo fosse reconhecido como nação era a existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito, como nos mostrou Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo*. O historiador reconhece que a existência de uma língua vernácula acabou por constituir-se numa base indispensável para a criação da consciência nacional e, onde ela existisse, facilitaria essa criação.

De um modo geral, na Europa, o Estado conseguiu impor uma cultura e uma língua, desenvolvendo um sentimento de patriotismo entre seus cidadãos, como se deu na França. O Estado, assim, criou a nação não só para defender sua legitimidade, mas também porque é sempre mais fácil governar se se consegue formar um senso de comunidade entre as pessoas governadas, dando origem à existência de outros laços que não o meramente político.

No caso dos países colonizados, como o Brasil, cujas origens se basearam em mecanismos de estado originalmente estabelecidos pelas sociedades colonizadoras, que não levaram em conta as unidades culturais que os incluíam, o nacionalismo desempenhou, então, de forma geral, um papel importante no incentivo a movimentos sociais, estimulando a transição para a condição de Estados independentes. A língua passou, nessa medida, a ocupar um espaço específico e adquirir papel relevante no tocante à construção de uma nacionalidade, a despeito de ter sido herdada do colonizador. O Brasil independente era, ainda, um "país" de europeus sem ancestrais, sem raízes históricas e culturais e, para construir uma nação moderna brasileira, seria preciso criar uma proto-história que justificasse a sua existência, e "igualmente trabalhar com a idéia de ruptura em relação a Portugal de modo a consolidar a emancipação política ocorrida há pouco tempo" (Figueiredo, 2001: 76).

Na luta pela construção do sentimento de nacionalidade, o que pressupõe, evidentemente, a luta pela existência de uma nação, desenvolveram-se sempre, no Brasil, duas frentes de luta no que diz respeito ao poder de atribuição de sentido. Uma que se realiza no espaço intranacional – ou seja, resultado das tensões entre uma classe dominante que se "apoderou" da língua e as vozes silenciadas que, muitas vezes, não atingiram sequer o mundo da escrita. E outra que diz respeito às tensões entre uma língua nacional a as línguas dos países hegemônicos, que definem as tendências constitutivas da cultura contemporânea. E é a partir desses espaços polêmicos, principalmente, que a questão da língua nacional irá se estabelecer como ponto crucial na construção de uma identidade para a nação brasileira.

Sabemos que, por exemplo, no século XIX, para José de Alencar, que escrevia para constituir uma literatura que desse fundamento cultural a nossa jovem nação, o que estava em jogo era fazer um contraponto com o discurso do colonizador. Caberia à intelectualidade, à elite branca, tomar para si o direito de construir "discursivamente" o país. Inspirado pela

temática nacionalista dos românticos, o escritor chega a "pleitear uma "língua brasileira", com léxico, sintaxe e ortoepia próprios" (Mariani & Souza, 1996: 85).

Já nos inícios de 1900, com a República e com o Estado brasileiro já agora mais decididamente configurado, a questão da língua brasileira irá encontrar, no próprio Estado, a garantia da nossa diferença em relação a Portugal. "Língua e Estado se conjugam em sua fundação" (Orlandi, 2001: 13). Assim, surge a Academia Brasileira de Letras, firmam-se acordos ortográficos, criam-se faculdades.

Neste nosso trabalho, pretendemos, mais precisamente, pôr em foco o espaço discursivo polêmico que formou e se formou na ABL na virada do século XIX ao XX, tomando como *corpus* o livro de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, *A dança das cadeiras – Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Entendemos que o jovem historiador, de arguta curiosidade, realiza exaustiva pesquisa sobre essa fase da Academia, recuperando, com maestria, os bastidores da história cultural brasileira. Ao se fixar na idade heróica da ABL, João Paulo revela-nos "como os primeiros acadêmicos foram retoricamente eficazes na auto-edificação de uma visão mitológica da Arte Literária e da Língua Nacional", no dizer de Francisco Foot Hardman em seu prefácio ao livro (Rodrigues, 2001:12).

Considerando que o autor pretendeu mostrar em sua pesquisa o quão políticos eram os literatos da virada do século, mesmo quando se imaginavam livres do perigo representado pelo engajamento, e que, para alcançar este fim, seria necessário desvendar a prática e o discurso dos acadêmicos, percebemos ser o trabalho de João Paulo um rico material para, numa abordagem discursiva, entendermos que os sentidos sobre a língua produzidos pela Academia resultavam dos sentidos que este sujeito atribuía ao país, assim como, nessa relação, faziam significar este mesmo sujeito, conferindo-lhe uma identidade.

É por isso que a Casa de Machado de Assis é de relevante importância naquele contexto histórico. A nova instituição literária produziu, para a sua fundação, sobre os alicerces de um discurso que se pretendia despolitizado, um gesto de sentido ancorado no distanciamento e na neutralidade, colocando-se, assim, acima de tudo aquilo que os literatos entendiam contribuir para a decadência moral da nação, isto é, da politicagem, da corrupção, dos interesses mesquinhos e estreitos e dá má administração dos recursos públicos. Revela-nos João Paulo Rodrigues o seguinte:

> Os literatos que escreveram a respeito nos jornais eram unânimes: os conflitos existentes na vida pública desapareceriam quando se tratasse de uma Academia de Letras, onde, por sua natureza, os literatos se restringiriam ao culto da arte, irmanados por um sentimento patriótico acima das contingências do momento, ou seja, haveria algo em comum, uma identidade que estava acima das lutas políticas: o desejo de progresso intelectual, o cuidado com a língua portuguesa e o respeito por nossa tradição literária[1].

Na verdade, no panorama de debates que se estabeleceram sobre a criação de uma academia de letras, para a qual os literatos tentavam conferir um sentido apolítico, na medida em que o projeto se colocava no terreno neutro do amor à arte e à pátria, sentidos outros, marcados pela negatividade, reclamavam o seu lugar de significação, atribuindo aos futuros acadêmicos uma identidade exatamente oposta a que pretendiam. Como defendiam uma academia neutra, já que a política era uma entidade amaldiçoada da qual eles queriam se ver livres, reverbera, por outro lado, o sentido de que, na vida republicana, havia algo ruim de que se distanciar. Além disso, o discurso patriótico servia apenas para camuflar um jogo de interesses menos elevado, posto que, de fato, ambicionavam o sustento financeiro e a chancela do Estado, oferecendo em troca o reconhecimento público aos governantes de plantão; pediam, portanto, ajuda oficial para se definirem como à parte da influência da vida parlamentar e partidária.

O decreto de fundação da ABL não foi jamais assinado e ela teria de surgir de forma realmente independente, o que veio a acontecer em 20 de julho de 1897. Debaixo de uma bem polida retórica, é possível ver, desde então, exatamente naquilo que os discursos dos acadêmicos silenciavam o quanto estavam presentes os sentidos contraditórios e ambíguos que levaram à sua fundação, ou seja, o quanto a história política e literária recente do Brasil significavam, compondo uma realidade com a qual dialogavam constantemente. Em seu discurso de posse como presidente da Academia, Machado de Assis lembra a seus pares o que seria o projeto inicial da instituição quando diz: "... Iniciada por um moço {Lúcio de Mendonça}, aceita e completada por moços, a Academia nasce com alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária..." (Rodrigues, 2001: 59).

Em outro discurso, proferido em 7 de dezembro de 1897, o escritor bate na mesma tecla ao reafirmar a vocação daquela de "casa literária": "... Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora..." (Rodrigues, 2001: 66).

Embora não compartilhasse da postura de muitos dos literatos que, mesmo desiludidos com a vida pública do país, ainda imaginavam que deveria caber aos homens letrados e de cultura superior a definição dos rumos da nação para a almejada civilização, Machado reafirma o que já apontara em seu discurso fundador: "... Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloqüência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure..." (Rodrigues, 2001: 59). E essa tradição seria, então, preservada e legitimada não só pelos Estatutos da ABL onde se podia ler que a nova casa teria por "fim a cultura da língua e da literatura nacional" (Rodrigues, 2001: 67), mas também pela proposta de realização de dois trabalhos: um dicionário bibliográfico dos literatos nacionais, desde os primórdios da literatura colonial até aquela época, e um vocabulário crítico dos chamados "brasileirismos" da língua portuguesa.

Mesmo não sendo idéia estritamente sua, Machado de Assis vê, nesses projetos, principalmente em relação ao do idioma, a forma de destacar o que era genuinamente brasileiro. No próprio discurso de sete de dezembro, o escritor prega um cultivo dinâmico da língua e, a exemplo da Academia Francesa, impulsiona um projeto estritamente literário, como se pode observar no trecho: "... E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas." (Rodrigues, 2001: 68).

O que fica apagado em seu discurso é que o projeto proposto é também um gesto político.

Também o abolicionista e fundador da Academia, Joaquim Nabuco, advogava a mesma causa de Machado, defendendo uma postura de tolerância entre os intelectuais ao se revelar bastante compreensivo com a existência de grandes divisões políticas e estéticas entre seus colegas de letras. Naquela tarde de 20 de julho de 1897, Nabuco declarava: "... mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata" (Rodrigues, 2001: 76).

Nas cerimônias de posse dos futuros imortais, "o caminho encontrado por quase todos os discursantes era o de teorizar sobre a poesia, a prosa, a oratória – enfim, o que muitos chamavam de Arte (com "A" maiúsculo, mesmo) – e a história nacional." (Rodrigues, 2001: 89). Como bem aponta João Paulo, tratava-se de "política nas letras" e não política das letras - acréscimo nosso.

A questão da "língua portuguesa" estava, assim, ligada à construção de uma identidade nacional brasileira e o discurso polêmico sobre a língua e a literatura, na ABL, era muito mais uma discussão política para a afirmação de uma unidade literária capaz de definir os rumos da nação para a "almejada civilização" do que um posicionamento neutro e despolitizado como os acadêmicos pretendiam nos fazer crer.

O projeto da reforma ortográfica surge, portanto, pelo mesmo gesto de sentido expresso na recusa em denominar a atuação dos acadêmicos como ação política. Imbuídos da idéia de que caberia aos membros da Academia o cultivo da literatura brasileira, a eles também caberia zelar pela pureza e correção do idioma – instrumento básico da atividade de todos -, reservando, pois, para si, "a definição última de como tal ferramenta poderia ou não ser apropriada pela sociedade".(Rodrigues, 2001: 181-182).

Proposta pela primeira vez por Medeiros de Albuquerque em 1901 e discutida pela Academia entre os anos de 1907 e 1913, o palpitante assunto da reforma ortográfica constituiu-se no primeiro trabalho coletivo de monta e de conseqüências práticas da ABL, instaurando um espaço discursivo polêmico em torno da questão de se devíamos ou não simplificar a ortografia no Brasil. O assunto causou enorme repercussão na imprensa no ano de 1907, o que pode ser averiguado pela grande quantidade de charges e de colunas humorísticas que ridicularizavam as alterações propostas pelo projeto, ainda que os acadêmicos tenham ressaltado que a reforma serviria apenas para uniformizar a ortografia de suas publicações.

Seria exaustivo, aqui, descrever os acalorados e numerosos debates que se travaram na e fora da Academia sobre a questão da nossa ortografia, nem é a isso a que este trabalho se propõe. O que mais precisamente desejamos destacar é que os reformistas e seus simpatizantes não só se atribuíam o papel de detentores dos rumos das letras e da cultura brasileira, como também acreditavam que a língua era parte central de nossa identidade como nação.

> Eles acreditavam ter a ferramenta que desvendaria os fundamentos da nação e a capacidade de corrigir nossas falhas. No novo contexto em que a ABL surgiu, eles começaram a recuar. Ficaram com a defesa do panteão cultural, com a chancela das novas glórias literárias e com a defesa de nosso idioma. Ressentidos com a República que os espinafrara, arrogaram-se novamente ares superiores, só que desta feita por ficarem com a pureza da arte.
>
> E a língua? Esta lhes dava, ainda, a posse de nossa iden tidade nacional. E os identificava como aqueles que, sem a necessidade da política, definiam se tínhamos ou não o necessário para sermos civilizados. O idioma expressava nosso apenas tênue liame com as nações cultas[2].

Acusado de foneticista, Medeiros de Albuquerque, argumentando que reinava a desordem no nosso idioma, atacava fortemente a adoção do critério etimológico na reforma e propunha uma simplificação pura e simplesmente, pois a língua não fora feita para os eruditos e sim para o povo. Argumentava, ainda, que se o castelhano, mais antigo e com maior tradição, fora reformado, por que não o português?

Contrário à posição de Medeiros e "intransigente defensor" do princípio etimológico, Salvador de Mendonça, em seu contraprojeto, alegava que o português era uma língua latina e sua ortografia deveria seguir esta única fonte. Na verdade, Mendonça também concebia a língua como afirmação da nacionalidade. A diferença residia no fato de possuir uma visão para além das questões nacionais, qual seja a de que, em uma época de imperialismo europeu, um "socialismo democrático" poderia dominar o mundo e, dessa feita, mudar as instituições e, nesse caso, somente a língua manteria a identidade nacional. Para ele, a proposta de Medeiros viria a criar um português do Brasil e um de Portugal. Nesse sentido, inclusive, cabe destacar a figura do gramático português Gonçalves Viana que via, na reforma da ABL, uma simplificação historicamente falsa e não condizente com a pronúncia de Portugal. Este e tantos outros exemplos poderiam ser dados para mostrar que também se estabeleceu um lugar discursivo polêmico com o país de Trás-os-Montes, lembrando aquela frente de luta do século XIX na qual se viu envolvido José de Alencar em sua tentativa de "construir um espaço dizível para a língua brasileira". (Pfeiffer, 2001: 175).

As duas correntes a que acima nos referimos ilustram bem como o modelo acadêmico e a ideologia da despolitização eram desmentidos o tempo todo. Podemos, ainda, perceber que, nesses primeiros anos de trabalho da Academia de Letras, o discurso acadêmico sobre a questão da ortografia "expressava uma vontade pela verdade na medida em que lhe conferia cientificidade e autoridade. O teor das regras passa pelo jogo de verdadeiro ou falso, refletindo a disputa daqueles que se julgam os 'donos da verdade". (Mariani & Souza, 1996: 90).

O fracasso da reforma ortográfica, como afirma João Paulo, deveu-se, em grande medida, à soberba da Academia. E, até hoje, nos vemos envolvidos com a questão ortográfica e também com novas comissões compostas por portugueses e representantes dos países lusófonos da África, porém este novo projeto de unificação parece estar hibernando. Mas esta também já é uma outra história, ou não?

Notas

1. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. In: *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001, p.45
2. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. In: *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001, pp. 229-230

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. 9ª ed. Coleção Temas de Todo Tempo – 13. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

_____. *Uma política do idioma*. 5ª ed. Coleção Diagrama – 3. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. In: José de Alencar e o projeto de criação do imaginário nacional. VALDÉS, Mario J. e KADIR, Djelal. *Latin American Literatures: comparative history of cultural formations*. Vol. 3. Nova York: Oxford University Press, 2001.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis* (1896-1908). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780:* programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
MARIANI, Bethania & SOUZA, Tânia C.C. de. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃE**S**, Eduardo & ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania*: o Português no Brasil . Campinas: Pontes, 1996.
ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
_____ (org.). *Discurso fundador*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
_____ (org.). *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
_____. *Língua e conhecimento lingüístico*: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo; Cortez, 2002.
PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX / XX. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2001.

Resumo

Este artigo pretende analisar a ação política dos acadêmicos e as polêmicas lingüísticas que se instauraram na Academia Brasileira de Letras na virada do século XIX ao XX, tendo em vista a questão da "língua portuguesa" associada à questão da construção de uma identidade nacional brasileira. Nesse sentido, o palpitante assunto da reforma ortográfica serviu de palco a calorosos debates na e fora da Academia, onde os reformistas e simpatizantes não só se atribuíam o papel de detentores dos rumos das letras e da cultura brasileira, como também acreditavam que a língua era parte central de nossa identidade como nação.

Palavras-chave

Política, Polêmicas lingüísticas, Língua Nacional, Academia, Cultura brasileira, Identidade, Nação, Nacionalismo

Abstract

This article intends to analyse the political actions of academicians and the polemics concerning linguistic issues that started into the Brazilian Academy of Lettters at the turn of the XIX to XX century, about the "Portuguese language" associated to the process of brazilian culture and national identity building. The situation of orthographic reform has provoked a heated debate in and out of the Brazilian Academy of Letters, where reformers and followers having assumed the role of detainers of the brazilian literature and culture course, as much as they believed that language was the turning point of our identity as a nation.

Key-words

Politic, Linguistic polemics, National Language, Academia, Brazilian culture, Identity, Nation, Nationalism